

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.486.754 - SP (2019/0104494-0)

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A - EM LIQUIDACAO -  
EM LIQUIDAÇÃO  
**REPR. POR** : PEDRO PAULO PEREIRA MOTA - LIQUIDANTE  
**ADVOGADOS** : DENIS ATANAZIO E OUTRO(S) - SP229058  
MARIA EMILIA GONÇALVES DE RUEDA - PE023748  
**AGRAVADO** : MARIA DO CARMO CASSIANO DO NASCIMENTO  
**ADVOGADO** : VITOR CAVALCANTI DA SILVA - SP146831  
**INTERES.** : CIA SAO GERALDO DE VIACAO  
**ADVOGADOS** : LETÍCIA PIMENTEL SANTOS - MG064594  
PRISCILLA LUCIO LACERDA CUNHA - MG104381

### EMENTA

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR ATO ILÍCITO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. ENTIDADE SOB REGIME DE LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. AÇÃO DE CONHECIMENTO VOLTADA À OBTENÇÃO DE PROVIMENTO JUDICIAL RELATIVO À CERTEZA E LIQUIDEZ DO CRÉDITO. SUSPENSÃO DO FEITO. DESCABIMENTO. PRECEDENTES. PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. BENEFÍCIO JÁ DEFERIDO. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. DANOS EXTRAPATRIMONIAIS. "QUANTUM" INDENIZATÓRIO FIXADO DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.*

### DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo manejado por NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A - EM LIQUIDAÇÃO em face da decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim resumido:

*\*APELAÇÃO CÍVEL - RESPONSABILIDADE CIVIL - Ação de indenização por ato ilícito — Acidente de ônibus — Responsabilidade objetiva caracterizada - Dano moral e estético existentes - E notória a ocorrência do dano moral e*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*estético, posto que a autora sofreu acidente enquanto viajava em ônibus de propriedade da ré, resultando em ferimentos, sendo internada com quadro clínico grave, que indicavam ferimento extenso comprometendo os tecidos e pele do braço esquerdo, bem como o comprometimento ocular em ambos os olhos por penetração de estilhaços de vidros - A angustia e sofrimento a que foi acometida a autora são inegáveis ~ Indenizações arbitradas em R\$ 20.000,00 e R\$ 10.000,00 respectivamente que cabem ser mantidas, eis que suficientes e razoáveis para reparar o dano sofrido, sem gerar enriquecimento indevido da parte autora - Lucro cessante — Ausente prova de que a autora efetivamente laborava no momento em que foi acometida pelo acidente, não há que se falar em condenação em lucros cessantes, nem mesmo em pensão decorrente de perda parcial da capacidade laborativa - Sucumbência que deve ser fixada sobre o valor da condenação - Apelo da ré parcialmente provido.*

*Gratuidade de Justiça que já foi deferida quando da análise do juízo de admissibilidade - Suspensão da execução — Inadmissibilidade - Matéria afeta ao juízo da execução, quando de eventual habilitação de crédito — Pretensão de ver afastado dever de ressarcir os danos morais e de individualizar o valor referente a indenização por danos morais e estéticos, que não se conhece, ante a ausência de interesse recursal - Sucumbência que cabe ser mantida, salientando que incide sobre o valor da condenação - Recurso conhecido em parte e na parte conhecida desprovido.\* (e-STJ fl. 546).*

Os embargos de declaração opostos por CIA SAO GERALDO DE VIAÇÃO foram rejeitados (e-STJ fls. 603/606).

Nas razões do recurso especial, a recorrente apontou violação dos artigos 18, "a", da Lei 6.024/74; 98 do Decreto-Lei nº 73/66; 2º, parágrafo único, da Lei nº 1.060/50; e 944 do Código Civil.

Sustentou, em síntese: a) imprescindibilidade da suspensão do feito; b) indispensabilidade da concessão do benefício da assistência judiciária gratuita; e c) necessidade de redução do *quantum* indenizatório estipulado a título de danos morais.

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fl. 608).

Inadmitido o apelo nobre (e-STJ fls. 619/621), vieram os autos conclusos

# *Superior Tribunal de Justiça*

em decorrência da interposição do agravo de fls. 623/628 (e-STJ).

É o relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, registro que o acórdão recorrido foi publicado já sob a vigência da Lei 13.105/2015, razão por que o juízo de admissibilidade será realizado nos moldes deste novo édito, conforme Enunciado Administrativo nº 3/STJ.

A irrisignação não merece prosperar.

No tocante à sugerida ofensa aos arts. 18, "a", da Lei 6.024/74 e 98 do Decreto-Lei nº 73/66, fulcrada na alegação de que seria necessária a suspensão do feito, o aresto recorrido não merece reparos, pois encontra-se em harmonia com a jurisprudência desta Corte Superior, como se observa a seguir:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. SUSPENSÃO. AÇÃO DE CONHECIMENTO. INAPLICABILIDADE. FORMAÇÃO DO TÍTULO EXECUTIVO. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO PATRIMONIAL. RECURSO NÃO PROVIDO.*

*1. Na hipótese em exame, aplica-se o Enunciado 2 do Plenário do STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça."*

*2. A jurisprudência desta Corte firmou o entendimento de que a suspensão de ações ajuizadas em desfavor de entidades sob regime de liquidação extrajudicial e o veto à propositura de novas demandas após o decreto de liquidação não alcançam as ações de conhecimento voltadas à obtenção de provimento judicial relativo à certeza e liquidez do crédito.*

*3. Agravo interno a que se nega provimento.*

*(AgInt no AREsp 902.085/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 16/02/2017, DJe 06/03/2017 - grifo nosso)*

*AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA RECURSAL DA*

# Superior Tribunal de Justiça

## DEMANDADA.

1. As questões trazidas à discussão foram dirimidas pelo órgão julgador de forma suficientemente ampla, fundamentada e sem omissões ou contradições, portanto, deve ser afastada a alegada violação ao artigo 1.022 do CPC/15. Consoante entendimento desta Corte, não importa negativa de prestação jurisdicional o acórdão que adota para a resolução da causa fundamentação suficiente, porém diversa da pretendida pelo recorrente, decidindo de modo integral a controvérsia posta, como ocorre na hipótese. Precedentes.

2. A jurisprudência desta Corte firmou o entendimento de que a suspensão de ações ajuizadas em desfavor de entidades sob regime de liquidação extrajudicial não alcança as ações de conhecimento voltadas à obtenção de provimento judicial relativo à certeza e liquidez do crédito, bem assim que tal condição não impede a incidência de juros e correção monetária. Incidência da Súmula 83 do STJ.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1669141/MG, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 01/08/2018 - grifo nosso)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. RESPONSABILIDADE CIVIL. SEGURADORA DENUNCIADA À LIDE. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. 2. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. POSSIBILIDADE DE O JUIZ DENEGAR O PEDIDO DE OFÍCIO, EXCEPCIONALMENTE. CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DESTES AUTOS QUE ILIDE ESSA PRESUNÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 3. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. SUSPENSÃO. AÇÃO DE CONHECIMENTO. INAPLICABILIDADE. PRECEDENTES. 4. SEGURADORA. CONSECUTÓRIOS LEGAIS DECORRENTES DA CONDENAÇÃO. CABIMENTO. 5. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Todas as questões suscitadas pelas partes foram devidamente apreciadas pela Corte estadual, não havendo que se falar em negativa de prestação jurisdicional. 2. A solução dada pelo acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência desta Corte, segundo a qual: "O direito à gratuidade da justiça da pessoa jurídica em regime de liquidação extrajudicial ou de falência depende de demonstração de sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais, o que não ficou afigurado na espécie"

# Superior Tribunal de Justiça

(AgInt no REsp n.

1.619.682/RO, Relator o Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 15/12/2016, DJe 7/2/2017). Assim, para elidir as conclusões do aresto impugnado quanto às convicções formadas pelo Tribunal de origem acerca da ausência da comprovação da hipossuficiência da recorrente, seria imprescindível o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada no âmbito do recurso especial nos termos da Súmula n. 7 do STJ.

3. O acórdão estadual está em sintonia com o entendimento deste Tribunal "de que a suspensão de ações ajuizadas em desfavor de entidades sob regime de liquidação extrajudicial e o veto à propositura de novas demandas após o decreto de liquidação não alcançam as ações de conhecimento voltadas à obtenção de provimento judicial relativo à certeza e liquidez do crédito" (AgInt no AREsp n. 902.085/SP, Relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 16/2/2017, DJe 6/3/2017). Incidência da Súmula n. 83/STJ.

4. A seguradora denunciada à lide deve arcar com o pagamento dos juros de mora. Precedentes.

5. Agravo interno desprovido. (AgInt no REsp 1715032/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 03/05/2018 - grifo nosso)

No que se refere ao pleito de assistência judiciária gratuita, a parte carece de interesse recursal, uma vez que o referido benefício já foi deferido, consoante consta do aresto atacado, *litteris*:

*Pois bem. Inicialmente observa-se que o pleito de gratuidade de justiça, já foi deferido quando da análise do juízo de admissibilidade (fls. 535)*

Por fim, consoante a jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, a revisão do valor indenizatório, em sede de recurso especial, somente é possível nos casos em que este se mostrar ínfimo ou excessivo, em flagrante violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

A propósito:

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL CUMULADA COM PEDIDO DE COMPENSAÇÃO**

# *Superior Tribunal de Justiça*

*POR DANO MORAL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS E/OU INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INADMISSIBILIDADE. DANOS MORAIS. PEDIDO DE REDUÇÃO. REVISÃO QUE SE ADMITE TÃO SOMENTE NOS CASOS EM QUE O VALOR SE APRESENTAR IRRISÓRIO OU EXORBITANTE.*

*1. Ação de indenização por dano material cumulada com pedido de compensação por dano moral.*

*2. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.*

*3. O reexame de fatos e provas e interpretação de cláusulas em recurso especial são inadmissíveis. 4. A revisão da compensação por danos morais só é viável em recurso especial quando o valor fixado for exorbitante ou ínfimo. Salvo essas hipóteses, incide a Súmula 7/STJ, impedindo o conhecimento do recurso.*

*5. Agravo interno não provido.*

**(AgInt no AREsp 1.347.344/ES, TERCEIRA TURMA, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, DJe 19/12/2018)**

Na espécie, o Tribunal *a quo*, soberano na apreciação dos elementos informativos que instruem o feito, assim se pronunciou acerca do *quantum* indenizatório estipulado a título de danos morais:

*Incontestável, portanto, que a autora sofreu danos de natureza moral, porque teve sua integridade física e psíquica agredidas injustamente, com reflexos permanentes, o que certamente lhe retirou a paz e a tranqüilidade de espírito que deve ser assegurada a todo ser humano eficazmente: dano moral puro (v. YUSSEF SAID CAHALI, in "Dano Moral", 3ª ed., RT: São Paulo, p. 22).*

*Aliás, assim já muito bem anotou o magistrado de piso: "No tocante aos danos morais e estéticos sofridos pela autora, estes estão comprovados pela dinâmica do acidente, no qual sofreu as graves lesões e viu-se submetida a internação hospitalar, realização de cirurgia, e após, ainda, teve seqüelas permanentes e perda de mobilidade, sem completa recuperação, restando-lhe grande cicatriz, limitação de movimentos em seu braço esquerdo, diminuição tanto sua capacidade laborativa quanto para a realização de atividades cotidianas. Denota-se ainda ser inegável e extraordinário o abalo ao vivenciar acidente que feriu diversas pessoas".*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*No tocante ao valor a ser arbitrado a título de danos morais, leciona Maria Helena Diniz: "É de competência jurisdicional o estabelecimento do modo como o lesante deve reparar o dano moral, baseado em critérios subjetivos (posição social ou política do ofendido, intensidade do ânimo de ofender: culpa ou dolo) ou objetivos (situação econômica do ofensor, risco criado, gravidade e repercussão da ofensa). Na avaliação do dano moral o órgão judicante deverá estabelecer reparação eqüitativa, baseada na culpa do agente, na extensão do prejuízo causado e na capacidade do responsável". Diniz, Maria Helena, Curso de direito civil brasileiro, v. 7: direito das coisas – 16ª ed. . atual., de acordo com o novo Código Civil (Lei n. 10.406, de 10-1-2002). - São Paulo: Saraiva, 2002, p. 89).*

*Importante consignar que a reparação não é fim, mas mero meio de reprimenda, àqueles que violaram através de um ato ou fato, a honra, a moral ou a boa fama do lesado, não podendo ou mesmo devendo aquele que reclama pela restauração daqueles atributos, tê-los como meio e finalidade objetiva única e primordial, o de obtenção de ganho patrimonial puro, pois nesse caso, constituir-se-ia em gravame legal.*

*No caso, analisadas as razões do ofendido e considerando-se os critérios objetivos para a fixação da indenização, tem-se que os valores arbitrados pelo juízo de origem — R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) a título de dano moral e R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a título de dano estético — se mostram suficientes a reparar o dano sofrido pela autora, consignando que a correção monetária incide desde a fixação, nos termos da Súmula 366 do STJ e os juros de mora da citação.*

*A quantia não se mostra exagerada nem desproporcional aos danos suportados pela vítima, evitando que se enriqueça indevidamente em razão do infortúnio ocorrido, e de outro lado não deixa de sancionar adequadamente a requerida pelo sinistro (e-STJ fls. 552/555).*

Observa-se que o valor da indenização, *in casu*, não se distancia do bom senso e dos critérios recomendados pela doutrina e jurisprudência.

A fim de corroborar essa assertiva, cumpre reproduzir os seguintes precedentes:

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ACIDENTE DE**

# *Superior Tribunal de Justiça*

TRÂNSITO. DANOS MORAL E ESTÉTICO. VALOR DAS INDENIZAÇÕES. PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7/STJ.

2. Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisórios ou exorbitantes os valores das indenizações arbitradas na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do referido óbice, para possibilitar a revisão. No caso, os valores estabelecidos pelo Tribunal de origem não se mostram ínfimos, a justificar sua reavaliação em recurso especial.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

**(AgInt no AREsp 1419322/PB, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 14/10/2019, DJe 16/10/2019 - Indenização por danos morais: R\$ 20.000,00 - Indenização por danos estéticos: R\$ 30.000,00)**

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

AGRAVO DESPROVIDO.

1. O valor fixado a título de indenização por danos morais pelas instâncias ordinárias, nos termos da jurisprudência deste Tribunal, pode ser revisto tão somente nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de proporcionalidade e de razoabilidade, os quais não se evidenciam no presente caso, de modo que a sua revisão também encontra óbice na Súmula 7 do STJ.

2. Agravo interno desprovido.

**(AgInt no AREsp 1375819/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 29/04/2019, DJe 06/05/2019 Indenização por danos morais: R\$ 30.000,00)**

Diante de tal panorama, constata-se que a alteração da quantia estipulada requereria o reexame dos aspectos fáticos da lide, procedimento inviável em sede especial, conforme dispõe a Súmula 7/STJ.



# *Superior Tribunal de Justiça*

**Ante o exposto, conheço do agravo para, desde logo, conhecer em parte do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.**

Considerando o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação (e-STJ fls. 556 e 558) para 12% (doze por cento) sobre a mesma base de cálculo, a serem suportados exclusivamente pela parte ora recorrente, ressalvada a assistência judiciária gratuita.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
Relator

